

# "Esses tecnocratas estão loucos"

"O pacote é inócuo, esses tecnocratas estão loucos", dizia, ontem, indignada a economista Maria da Conceição Tavares, no gabinete da liderança do PMDB. A mesma opinião era compartilhada pelo professor da Unicamp, João Manuel Cardoso de Mello, também em Brasília para subsidiar a reunião da executiva do PMDB que deverá, hoje, divulgar uma resposta do partido ao pacote de medidas econômicas para sanear o déficit público.

Para os economistas, as medidas adotadas pelo governo não alterarão em nada a situação crítica da economia brasileira. A única saída, na opinião deles, seria uma ampla reforma do sistema financeiro, que abarcasse a reestruturação da dívida pública e o rebatimento das taxas de juros.

No entanto, o governo não tocou nessa questão crucial. Ao contrário, aprofundou a captação de recursos tributários, num momento de profunda recessão econômica, o que apenas a estimulará, gerando mais desemprego e mais inflação, na medida em que esses aumentos de custos das empresas serão repassados aos preços dos produtos.

Não há razões para se aumentar a captação de recursos tributários, pois não existe déficit fiscal, diz Conceição Tavares. Esse aumento da tributação pode levar à diminuição da receita, pois muitas empresas, já sobrecarregadas com esse acúmulo de taxas, serão obrigadas a cerrar suas portas. Segundo João Manuel, indústrias de bem de capital, em São Paulo, situadas em bairros nobres, estão optando por vender suas máquinas, equipamentos para lotear seu terreno.

O buraco é financeiro, explicou a economista, e até mesmo os banqueiros mais conscientes já estão dispostos a aceitar essas medidas sob pena de ver o país estourar nos próximos meses. Os banqueiros, os únicos que se beneficiaram com a especulação das altas das taxas de juros, continuam inatingíveis pelas medidas adotadas pelo governo. A liberação do limite quantitativo de crédito não fará, necessariamente, segundo o professor João Manuel, cair

as taxas de juros. O governo, mais uma vez, estaria jogando com expectativas, sem uma margem de segurança mínima sobre o efeito das medidas adotadas. Até porque é o governo o principal responsável pela alta das taxas de juros, quando supervaloriza seus títulos no mercado.

Se a indexação da economia é um entrave à superação da crise, por outro lado, a proposta do governo de desindexação via estrangulamento de salários é descabível e inútil. Os cogitados expurgos no INPC, como queria o ministro Delfim Netto, seriam totalmente inviáveis para conter a inflação, uma vez que ela deriva de alta das taxas de juros, repassadas aos preços.

O corte de subsídios gradual ou não, resultará num estouro da inflação, e no aumento da dívida pública, segundo Conceição Tavares. "Estudos da própria Secretaria do Planejamento, disse ela, mostram que o corte do subsídio ao trigo, que custaria ao Tesouro, esse ano, 202 bilhões de cruzeiros, acarreta de forma direta, uma ampliação da dívida interna da ordem de 1 trilhão de cruzeiros. Isso porque, o impacto inflacionário no Índice Geral de Preços seria de 3%. Como a economia é indexada, a correção monetária, reajustada nos mesmos percentuais, corrigiria a dívida, inchando-a de maneira desproporcional à queda de dispêndios pretendida.

Com esse cálculo da Seplan, é possível, hoje, afirmar, disse Conceição Tavares, que a cada ponto percentual de inflação há uma ampliação do rombo da dívida pública da ordem de 200 bilhões de cruzeiros. A inflação que sobreviria à retirada dos subsídios ao trigo, à conta petróleo e ao crédito agrícola, geraria o efeito chamado por um assessor da Seplan de perverso, que estouraria o déficit do Tesouro. Retirando esses subsídios todos, diz Conceição, "você terá um impacto direto sobre o preço ao consumidor, que arrebenta de imediato com o poder de compra dos salários, um impacto direto sobre os custos das matérias-primas das empresas produtivas, que são

também repassados aos preços, e o impacto direto sobre a certeza de crédito e a taxa de juros do setor agrícola que também têm que ser imediatamente repassados aos preços".

Há, então, uma inflação de preços generalizada, "que vem dos preços agrícolas, passa pelas matérias-primas, pelos produtos industriais, termina no INPC e volta atrasada com essa indexação dos salários a menos de 100% em cima dos assalariados". De uma só vez acelera-se a inflação, quebra-se o poder de compra dos salários, provoca-se uma desorganização da produção e estoura-se o déficit do setor financeiro, ao invés de corrigi-lo, o que seria a proposta originária. "A isso denominamos o encilhamento financeiro", diz a economista.

A conta petróleo deveria simplesmente ser eliminada, no entender de Conceição. Não haveria razão alguma para vincular o Tesouro Nacional, o Conselho Nacional de Petróleo e a Petrobrás, pois, segundo a economista, envolver a empresa em operações de captações de empréstimos no exterior para tapar buracos do déficit do Tesouro, computando como déficit da empresa.

Os aumentos dos preços de petróleo não beneficiam em nada a Petrobrás, conforme a economista. Servem apenas para corrigir a conta petróleo, que é um mero exercício contábil.

Essas contas só não são canceladas porque o governo resolveu, "paradoxalmente", unificar os déficits com dupla contagem, e não unificar as contas patrimoniais do setor público. O setor público só seria público se fosse do interesse do Banco Central. Quando não for do interesse do BC, ele seria privado.

As medidas pensadas de cortes de investimentos das estatais também terão um efeito praticamente nulo. Não há mais o que cortar nos investimentos da Petrobrás. Do total de 23 trilhões do orçamento da Secretaria de Controle das Empresas Estatais de março desse ano, para as empresas estatais, apenas 5 trilhões são destinados a investimentos.